

Diagnóstico Territorial

Contextualização do Território da Cidadania Vale do Ivinhema

Histórico de formação do Território

A região Sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul onde estão situados os municípios que compõem o Território da Cidadania do Vale do Ivinhema, constituiu hoje, como constitui no passado, importante corredor de entrada de migrantes vindos de estados vizinhos da Federação, em busca de terras para a sua fixação.

Composta, entre outros, pelos municípios de Bataguassu, Batayporã, Nova Andradina e Anaurilândia, Santa Rita do Pardo e Brasilândia essa região foi

tradicionalmente ocupada por diversos grupos indígenas, a exemplo dos Xavantes, Kaiowás e Ofaiés. Ao longo do tempo passou a sofrer um processo de ocupação por parte da população branca européia, em especial espanhola, já no século XVIII, marcando o início dos conflitos com as populações nativas.

Entretanto, a partir da primeira metade do século XX intensificou-se o processo de ocupação caracterizado pelas frentes de colonização, destacando-se, sobretudo no decorrer da década de 1950, uma nova fase

do governo de Getúlio Vargas, quando as iniciativas de colonização são retomadas no sul de Mato Grosso e em 1953.

Ameaçado pela noção do "espaço vital", uma das razões teóricas para a Segunda Guerra Mundial, o governo de Getúlio Vargas decide ocupar os vazios do Brasil Central. Em pleno século vinte, uma enorme parte do território nacional ainda era desconhecida, hostil e mitológica para a maior parte dos brasileiros.

O projeto "Marcha para o Oeste", visava de ocupar o Oeste do Brasil assentando colonos que viriam para Mato Grosso do Sul produzir alimentos e dessa forma ocupar os imensos "espaços vazios" dessa região brasileira, constituindo-se na expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, através do cultivo do solo, a civilização penetrava no cerrado e o homem dominava a natureza, integrando o brasileiro na sua própria terra.

Primeiro colonizadores abrindo o cerrado na região de Taquarussu, ano 1960.



O Governo Federal passa então a planejar a migração para Mato Grosso Sul incentivando a fixação de colonizadoras particulares e montando projetos de colonização comandada pelo estado, o colono selecionado era o sulista que na visão de Getulio Vargas esse trabalhador tinha o sentimento de prosperidade e após 3 anos de ocupação receberia a posse definitiva da terra, também fazia parte desse projeto as colônias agrícolas federais.

Desse projeto resultou uma intensa especulação de terras; dos primeiros colonos fixados, uma grande parte não obteve progresso e acabou por vender suas terras a outros bem sucedidos, restando a eles a proletarianização da sua mão-de-obra. Os novos proprietários das terras formavam latifúndios improdutivos que eram vendidos a preços elevados nos grandes centros do país com Rio de Janeiro e São Paulo. Sendo que na década de 50, a venda das terras de Mato Grosso do Sul chegaram a ponto de serem

vendidas várias vezes a pessoas diferentes, representando um bom investimento de capital para os empresários e, para os pobres descapitalizados restavam ocupar as terras improdutivas na categoria de posseiro.

Essa foi uma proposta geopolítica dos governantes de ocupar os espaços vazios povoados pelo homem branco, resultando na ocupação de vários territórios indígenas e extermínio de seu povo, pois os índios eram vistos como um empecilho aos interesses capitalistas que eram voltados ao "desenvolvimento e ao progresso" e, por oferecer resistência, acabaram por enfrentarem a violência dos brancos. Na década de 50, tais operações para limpar a área ganharam proporções alarmantes, resultando no extermínio de quase todas as aldeias.

No momento em que o projeto nacional de expansão conhecido como “Marcha para o Oeste” consolida-se, materializam-se outros empreendimentos iniciados dentro desta modalidade de projetos de colonização, como aqueles engendrados pelo empresário Jan Antonin Bata no Oeste de São Paulo e Sul de Mato Grosso do Sul, destacando a proeminência do capital internacional com forte atuação nos setores extrativista, agropecuário e de transportes, este último dinamizando a navegação pelo complexo fluvial Paraná-Prata. Nesse contexto integrou-se a Companhia Colonizadora Viação São Paulo Mato Grosso, empresa pertencente ao imigrante de origem tcheca Jan Antonin Bata, que adquiriu 6.000 km² de terras situadas no sudeste de Mato Grosso do Sul e fundou as cidades de Bataguassu e Batayporã.

Municípios como Brasilândia, Ivinhema e Nova Andradina seguiram as mesmas linhas de colonização, onde os fundadores foram empreendedores os quais adquiriram grandes proporções de terras, estabelecendo os primeiros povoados formando glebas, onde conseqüentemente estabeleceram-se os municípios.

As terras que atualmente constituem o município de Brasilândia, pertenciam a Cia. Inglesa "Brasil Land Cattle Co", que foram desapropriadas e incorporadas ao Patrimônio da União, nos anos de 1947 e 1948, pelo Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, sendo Governador do Estado o Dr. Arnaldo Estevão Figueiredo. Parte dessa gleba foi adquirida por Arthur Hoffg e Alberto Mad, sendo o primeiro, o fundador de Brasilândia.

As terras da região de Ivinhema foram adquiridas por Reynaldo Massi, com intuito de implantar uma colônia agrícola e um novo núcleo urbano. Em 25 de novembro de 1957, foi constituída a Someco - S.A. (sociedade de melhoramentos e colonização), que iniciou os trabalhos de ocupação da

área. Em 1961, chegaram as primeiras turmas de trabalhadores e no dia 1º de setembro se iniciou as construções dos pavilhões para instalação de sua infra-estrutura.

A região de Nova Andradina foi colonizada por Antônio Joaquim de Moura Andrade por volta de 1938. Ele adquiriu do estado a Fazenda Caapora, que passou a denominar-se Fazenda Primavera. Em 1951, adquiriu também a Fazenda Baile, da qual, em 1957, destacou uma gleba e implantou os alicerces da cidade de Nova Andradina.

Localização

Tabela - População total e a sua distribuição na área urbana e rural, dos municípios pertencentes ao Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

O Território da Cidadania Vale do Ivinhema localiza-se no Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. É formado por dez municípios, sendo eles: Anaurilândia, Angélica, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Ivinhema, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Santa Rita do Pardo e Taquarussu. Abrange uma superfície de 29.627,90 Km², o que representa aproximadamente 8% da área do Estado. A extensão dos municípios pertencentes ao Território varia entre 6.141,62 Km² (Santa Rita do Pardo) e 849,12 Km² (Novo Horizonte do Sul).

Municípios	População			Área (Km ²)
	Total	Urbana	Rural	
Anaurilândia	8.380	4.577	3.803	3.395,54
Angélica	7.253	5.743	1.510	1.273,20
Bataguassu	18.687	13.925	4.762	2.416,72
Batayporã	10.564	7.509	3.055	1.828,21
Brasilândia	12.136	7.793	4.343	5.806,89
Ivinhema	20.567	15.514	5.053	2.009,89
Nova Andradina	43.495	36.538	6.957	4.776,10
Novo Horizonte do Sul	4.967	2.268	2.699	849,12
St ^a Rita do Pardo	7.162	3.444	3.718	6.141,62
Taquarussu	3.117	2.103	1.014	1.041,12
Território	136.328	99.414	36.914	29.538,41
MS	2.336.058			357.124,96
Proporção território x MS	5,84%			8,27%

FONTE: IBGE – População recenseada e estimada - contagem 2007

Figura . Localização geográfica do Território da Cidadania Vale do Ivinhema e dos municípios integrantes.



A Figura 1 localiza a área do Território no mapa do Mato Grosso do Sul.

Demografia

A popula o do Território da Cidadania Vale do Ivinhema, segundo o recenseamento estimado, realizado em 2007 pelo IBGE, conforme demonstrado pela Tabela 1   de 136.328 habitantes, o que representa cerca de 6% da popula o do Estado de Mato Grosso do Sul, dos quais 99.414 pessoas residem na cidade e 36.914 pessoas na área rural, resultando numa taxa de 73% de urbaniza o, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Todos os municípios do Território da Cidadania Vale do Ivinhema são definidos como rurais, segundo o critério do MDA/SDT, que considera rurais os municípios com até 50 mil habitantes e densidade demográfica até 80 hab/km².

Gráfico . Densidade demográfica dos municípios pertencentes ao Território da Cidadania Vale do Ivinhema (IBGE, 20007).

Gráfico . Proporção de habitantes residentes na cidade e no campo, dos municípios pertencentes ao Território da Cidadania Vale do Ivinhema (IBGE, 2007).

Comparado ao índice estadual, a densidade demográfica do Território, se mostra semelhante ao índice do Estado. Uma vez que a proporção territorial está em torno dos 4,6 hab./Km² e o índice estadual é de 6,5 hab./Km², conforme apresentado pelo *Gráfico 2*. Porém, dentro do Território há certa variação, onde se tem o município de Ivinhema apresentando uma densidade demográfica de 10,2 hab./Km² e Santa Rita do Pardo ostentando uma proporção de apenas 1,2 hab./Km². Em geral, verifica-se nos municípios do Território uma baixa densidade demográfica caracterizado pelos vazios demográficos que predominam no Mato Grosso do Sul.

O Território da Cidadania Vale do Ivinhema tem uma baixa densidade demográfica, que é caracterizado pelos vazios populacionais, peculiaridade predominante de todo o Estado de Mato Grosso do Sul.



É sabido que a tendência de urbanização veio crescendo ao longo do tempo no país como um todo. Onde, a partir da década de 1890, com a expansão da agricultura comercial e com as dificuldades de sobrevivência dos pequenos produtores rurais, aliadas ao incentivo para a industrialização e à realização de grandes investimentos infra-estruturais, criaram-se oportunidades de emprego nas áreas urbanas. Estes fatores contribuíram efetivamente para a intensificação da urbanização, acelerando as migrações para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida.

O crescimento demográfico no Território da Cidadania Vale do Ivinhema se comportou de forma semelhante ao do Estado de MS, sendo mais acelerado na década de 70, com uma taxa de 4,6% a.a. em razão do elevado índice de natalidade e movimentos migratórios. Já na década de 1980 esse desempenho foi de 1,8% a.a., e para os 9 anos intercensitários (1991/2000) esse crescimento caiu para 0,9% na média anual. Essa acentuada queda nas taxas de crescimento populacional foi influenciada principalmente pela redução dos fluxos migratórios e maior controle da natalidade através de métodos anticoncepcionais. Analisando o comportamento da população do Território, entre o Censo do IBGE de 2000 e a contagem em 2007, observa-se a continuidade a crescimento demográfico urbano, que evolui a, aproximadamente, 1,9% a.a., taxa superior a média estadual, que é de 1,2% aa, no mesmo período.

O crescimento demográfico no Território da Cidadania Vale do Ivinhema se comportou de forma **Tabela** - Comportamento populacional dos municípios do Território da Cidadania Vale do Ivinhema, entre os anos 2000 e 2007.

semelhante ao do Estado de MS, sendo mais acelerado na década de 70, com uma taxa de 4,6% a.a. em razão do elevado índice de natalidade e movimentos migratórios. Já na década de

1980 esse desempenho foi de 1,8% a.a., e para os 9 anos intercensitários (1991/2000) esse crescimento cai para 0,9% na média anual. Essa acentuada queda nas taxas de crescimento populacional foi influenciada principalmente pela redução dos fluxos migratórios e maior controle da natalidade através de métodos anticoncepcionais. Analisando o comportamento da população do Território, entre o Censo do IBGE de 2000 e a contagem em 2007, observa-se a continuidade a crescimento demográfico urbano, que evolui a, aproximadamente, 1,9% a.a., taxa superior a média estadual, que é de 1,2% aa, no mesmo período.

Segundo os dados apresentados pela *Tabela 2*, nota-se que o município que mais contribuiu para essa evolução foi Nova Andradina, o mais populoso do Território, com 43.495 habitantes, crescendo com taxas de variação populacional de 18,66%, em 7 anos.

Gráfico . Evolução da população do Território da Cidadania Vale do Ivinhema 2000-2007 (IBGE, 2007).

No entanto, alguns municípios apresentaram comportamento populacional contrário, como por exemplo, Novo Horizonte do Sul, que de 2000 a 2007 teve a sua população diminuída através de taxas de variação populacional de -29,15%.

Municípios	População		
	2000	2007	Varição
Anaurilândia	7.955	8.380	5,07%
Angélica	7.356	7.253	-1,42%
Bataguassu	16.197	18.687	13,32%
Batayporã	10.625	10.564	-0,58%
Brasilândia	11.956	12.136	1,48%
Ivinhema	21.643	20.567	-5,23%

Nova Andradina	35.381	43.495	18,66%
Novo Horizonte do Sul	6.415	4.967	-29,15%
Stª Rita do Pardo	6.640	7.162	7,29%
Taquarussu	3.493	3.117	-12,06%
Território	127.661	134.383	6,36%

FONTE: IBGE, 2007.

No que se refere aos gêneros homem e mulher, o crescimento populacional de 2000 a 2007 obteve impressionante semelhança, com incrementos de 4.338 homens e 4.329 mulheres na população do Território, representando as taxas de 6,6% e 6,9%, respectivamente. O *Gráfico 3* demonstra a dinâmica populacional nos gêneros urbano e rural e homens e mulheres, entre o ano de 2000 a 2007, segundo dados do IBGE, 2007.

Índice de Desenvolvimento Humano

Gráfico . Evolução do IDH e das dimensões Educação, Longevidade e Renda, do Território da Cidadania Vale do Ivinhema (IBGE, 2000).

A metodologia de cálculo do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) envolve a transformação de três dimensões – Educação, Longevidade e Renda. O *Gráfico 4* mostra a evolução do IDH-M do Território da Cidadania Vale do Ivinhema, que passou de 0,648, em 1991 para 0,731, em 2000 (IBGE, 2000). Todos os municípios, sem exceção, aumentaram seus valores de desenvolvimento, atingindo índices acima de 0,700, porém nenhum município obteve índice superior a 0,800, o que qualificaria como de alto desenvolvimento humano. Nesse sentido, Nova Andradina, com o IDH-M de 0,786, configura como forte candidato a ser o primeiro município do Território a atingir o alto nível de desenvolvimento humano.

Os índices mostram a franca evolução do desenvolvimento humano do Território da Cidadania Vale do Ivinhema, que atualmente, com 0,731, corresponde a uma região de médio desenvolvimento humano.

A razão de dependência, ou seja, o percentual do contingente populacional potencialmente inativo (0 a 14 anos e mais de 64 anos) em relação à população ativa (15 a 64 anos), do Território é de 54,3%, que apesar de ser considerado proporcionalmente elevado, ainda sim, fica abaixo do índice estadual, que é de 55,4% (IBGE, 2000).

Agricultura familiar – o potencial do Território da Cidadania Vale do Ivinhema

Estrutura fundiária

Tabela - Número de estabelecimentos e área por estrato no Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

Analisando a *Tabela3*, podemos perceber que, de um total de 6.804 estabelecimentos, 4.552 tem áreas de até 100 hectares, representando 66,9% do total de estabelecimentos, mas ocupando apenas 4,3% da área total, deixando evidente a enorme concentração de terras existente no Território. É neste universo que se concentra a agricultura familiar, absorvendo enorme contingente da mão de obra existente no meio rural e dedicando-se a diversificação das atividades.

Grupos de área total	Nº de estabelecimentos	% acumulada	Área (ha)	% acumulada
Menos de 1 a menos 10 ha	1.500	22,0	8.111	0,3
De 10 a menos de 20 ha	874	34,9	12.739	0,8
De 20 a menos de 50 ha	1.520	57,2	47.895	2,6
De 50 a menos de 100 ha	658	66,9	46.781	4,3
De 100 a menos de 200 ha	523	74,6	73.793	7,1
De 200 a menos de 500 ha	688	84,7	228.765	15,7
De 500 a menos de 1.000 ha	462	91,5	341.478	28,5

De 1.000 a menos de 2.000 ha	291	95,8	413.879	44,0
De 2.000 a menos de 5.000 ha	199	98,7	615.495	67,1
De 5.000 ha a mais	89	100,0	877.442	100,0
Total	6.804		2.666.378	

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário, 2000.

Mão de obra da agricultura familiar sendo empregada em diárias oferecidas na produção de cana-de-açúcar.



Em torno de 22% dos estabelecimentos, totalizando 1.500, tem menos de 10 hectares. Este grupo de estabelecimentos pode ser caracterizado como minifúndios. Via de regra são unidades de produção insuficientes para garantir a subsistência do grupo familiar, que se obriga a complementar sua renda através de relações de parceria ou trabalhos esporádicos, como o serviço de diarista fornecido pelas propriedades que praticam atividades rurais empresariais.

Os municípios de Ivinhema e Novo Horizonte do Sul caracterizam-se pela presença de grande número de minifúndios, juntos agregam 774 estabelecimentos rurais, cerca de 52% do total das propriedades, ou seja, mais da metade dos estabelecimentos com áreas inferiores a 10 hectares localizam-se nesses municípios.

Municípios	Total	Agricultura Familiar		Agricultura Patronal	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%
Anaurilândia	293.222	36.673	12,51	256.538	87,49
Angélica	122.231	19.579	16,02	102.642	83,97
Bataguassu	230.970	15.311	6,63	208.853	90,42
Batayporã	160.864	16.880	10,49	142.775	88,76
Brasilândia	528.281	20.896	3,96	503.793	95,36
Ivinhema	179.584	36.047	20,07	143.455	79,88

Nova Andradina	462.268	58.268	12,60	404.041	87,40
Novo Hte do Sul	79.853	18.903	23,67	60.916	76,29
Santa Rita do Pardo	527.110	19.300	3,66	507.809	96,34
Taquarussu	81.995	11.413	13,92	69.371	84,6
Total	2.666.378	253.270	9,5	2.400.193	90,02

FONTE: INCRA, 2008.

Tabela – Distribuição de área entre a agricultura familiar e a patronal encontrada no Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

As propriedades acima de 100 hectares, regra geral dedicam-se a produção da pecuária de corte. O sistema pastoril convencional do Território vem progressivamente dividindo espaço, com a de entrada de grandes projetos de reflorestamento, principalmente das empresas de celulose, e também com o cultivo da cana-de-açúcar, praticado pelas usinas de produção de açúcar e etanol. Os municípios de Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Anaurilândia e Nova Andradina são que agrupam o maior número de propriedades rurais acima dos 1.000 hectares.

A estrutura fundiária presente no Território da Cidadania Vale do Ivinhema não foge aos padrões brasileiros, sendo marcado pela enorme concentração de terra, à medida que 66,9% das propriedades rurais concentram somente 4,3% da área total destinada à atividade agropecuária.



No aspecto da forma como se apresenta a estrutura fundiária dos municípios que compõem o Território, mostrada na *Tabela 4*, podemos observar como está situada na Agricultura Familiar no âmbito desse espaço territorial.

Tabela - Assentamentos rurais existentes no Território da Cidadania do Vale do Ivinhema.

Assentados da reforma agrária

Ano	Assentamento	Área (ha)	N.º de Famílias	Município
1986	Novo Horizonte	16.580,38	757	Novo Horizonte do Sul
1987	Casa Verde	29.859,99	471	Nova Andradina
1994	São Luiz	1.599,61	114	Batayporã
1996	São João	856,1606	58	Batayporã
1996	Mutum	15.831,69	340	S. Rita do Pardo/Brasilân.
1996	Mercedina	803,2433	56	Batayporã

1997	Santa Clara	4.353,33	156	Bataguassu
1998	Montana	1.567,77	70	Bataguassu
1998	Córrego Dourado	1.399,97	49	Santa Rita do Pardo
1998	Aldeia	10.718,23	217	Bataguassu
1998	Santa Paula	590,00	89	Bataguassu
1998	São Sebastião	2.967,67	100	Ivinhema
2000	Santa Irene	2.473,26	72	Anaurilândia
2002	Teijin	28.497,82	1.126	Nova Andradina
2004	São João	4.011,90	180	Nova Andradina
2004	Santa Olga	1.488,30	170	Nova Andradina
2004	Esperança	4.074,56	270	Anaurilândia
2005	Bela Manhã	1.862,36	80	Taquarussu
2005	Angélica	1.824,00	150	Angélica
2005	Avaré	7.001,33	419	Santa Rita do Pardo
2006	Barreiro	3.570,71	280	Anaurilândia
		141.932,29	5.224	Total

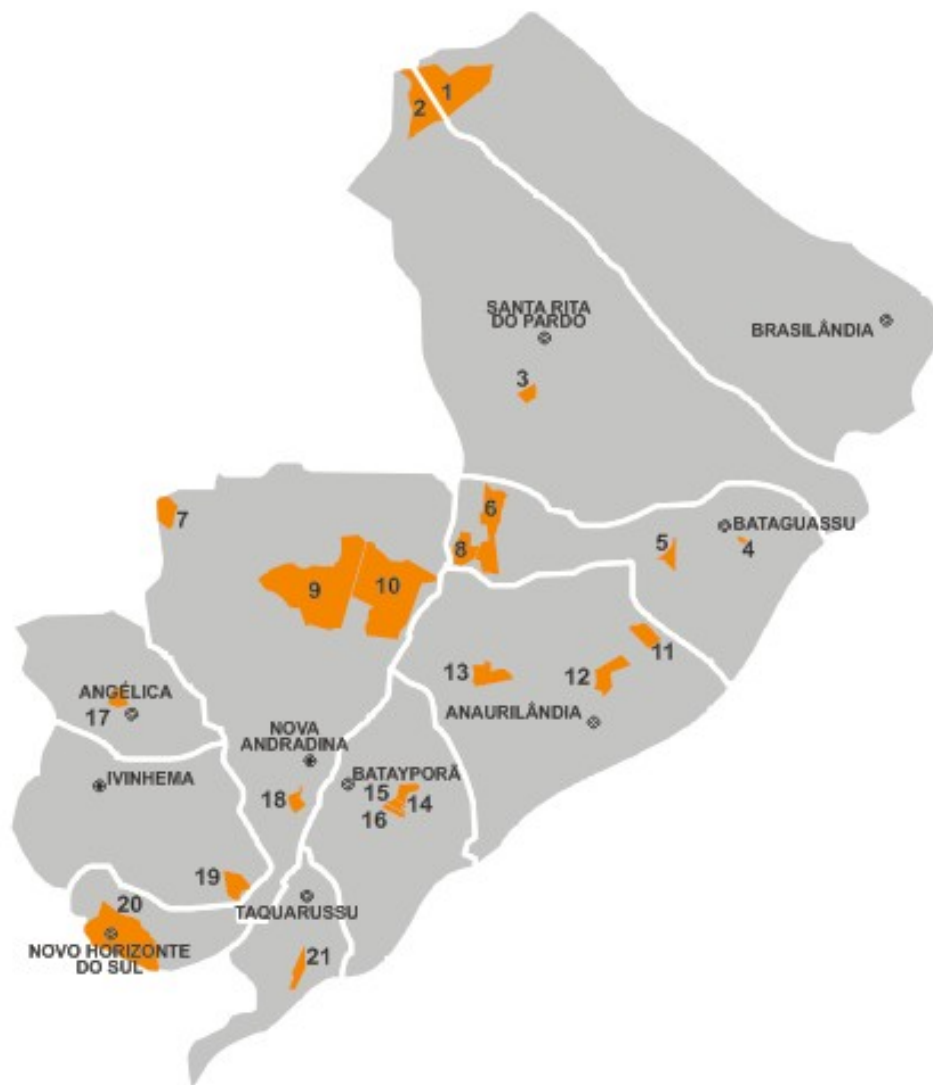
FONTE: INCRA, 2008.

O início dos projetos de Reforma Agrária no Território da Cidadania Vale do Ivinhema dada de 1986, mas a expansão dos assentamentos ocorreu definitivamente nas últimas duas décadas.

Atualmente o Território abriga 21 projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, segundo apresentado pela *Tabela 5*, sendo 14 deles implantados por iniciativa do governo Federal, 1 através do governo Estadual e 6 implantados pela CESP – Centrais Elétricas de São Paulo, a título compensação por conta do alagamento de áreas rurais ocorridas com o represamento do rio Paraná e afluentes, conseqüências da formação do lago da Represa de Porto Primavera – UH Engenheiro Sergio Motta.



Moradia inicial típica dos projetos da Reforma Agrária praticada no Território da Cidadania Vale do Ivinhema.



Mutum	12 Barreiro
Avaré	13 Santa Irene
Córrego Dourado	14 Mercedina
São Thome	15 São João
Montana	16 São Luiz
Aldeia	17 Angélica
Santa Clara	18 São Sebastião
Casa Verde	19 Novo Horizonte do Sul
Tejim	20 Bela Manhã
Santa Olga	21
Esperança	

O *Figura 2* ilustra a localização das 21 áreas de assentamentos presentes nos municípios do Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

Figura - Localização dos assentamentos presentes no Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

Pode ser visto na *Tabela 6*, que o núcleo de assentamentos do Território é bastante representativo, abrangendo 5.224 famílias, superando ao da agricultura familiar tradicional, que é de 3.570 famílias. Apesar do fato dos agricultores familiares assentados serem maioria no Território, caso evidente nos municípios Novo Horizonte do Sul, Bataguassu e Nova Andradina, em que os agricultores locados em assentamentos superam os 90% dos agricultores familiares. Tem municípios, como Ivinhema, Angélica e Batayporã, onde é a agricultura familiar tradicional que concentra o maior número de famílias rurais.

Ao longo dos anos, os projetos da Reforma Agrária incrementaram a agricultura familiar do Território da Cidadania Vale do Ivinhema, cerca de 5.224 famílias e mais de 100 mil hectares de terra.

Municípios	Agricultores Familiares				Total
	Tradicional		Assentados		
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Novo Horizonte do Sul	0	0,0	757	100,0	757
Bataguassu	30	5,3	532	94,7	567
Nova Andradina	200	9,3	1.947	90,7	2.156
Santa Rita do Pardo	120	20,4	468	79,6	608
Anaurilândia	400	39,1	622	60,9	1.061

Brasilândia	280	45,2	340	54,8	665
Taquarussu	120	60,0	80	40,0	260
Batayporã	600	72,5	228	27,5	900
Angélica	420	73,7	150	26,3	644
Ivinhema	1.400	93,3	100	6,7	1.593
Total	3.570	40,6	5.224	59,4	8.835

FONTE: INCRA, 2008.

É inegável que o aumento no número de projetos de assentamentos rurais ocorridos no Território, a partir de 1995, provocou um aumento significativo no número e na área ocupada por agricultores familiares. Em números absolutos, a partir da implantação de Projetos de Reforma Agrária, foram somados mais 100 mil hectares na área ocupada pela Agricultura Familiar e povoado a área rural com cerca de 5 mil famílias de agricultores familiares.

Tabela - Números da agricultura familiar nos municípios do Território da Cidadania do Vale do Ivinhema.



Comunidade indígena

A comunidade indígena Ofaié-Xavante é a única presente no Território da Cidadania Vale do Ivinhema. Está situada no município de Brasilândia e foi declarada de posse permanente dos índios em 1992. Com uma área de 484 hectares, a aldeia abria 61 pessoas, segundo dados da FUNASA, 2006.

No início do século XX, os Ofaiés eram milhares e habitavam a margem direita do rio Paraná, desde a foz do Sucuriú até as nascentes do Vacaria e Ivinhema. Sempre em pequenos grupos, viviam em constantes deslocamentos ao longo dessa região, praticando a caça, a pesca e a coleta de frutas e de mel. Construía seus acampamentos à beira dos rios, que durante o período da seca ficavam com pouca água, o que facilitava a pesca. Com a chegada da chuva, aparecem os frutos e os animais atraídos por elas. Era portanto, a época das caçadas. Nessa ocasião também se colhia o mel.

Hoje essa fartura é apenas uma lembrança para os mais antigos, o território dos Ofaiés foi ocupado por fazendas de pecuária, privando os rios fartos de

peixe que freqüentavam. A coleta do mel foi a única atividade que restou, disponível em colméias criadas pelos próprios indígenas em feições modernas, com acompanhamento técnico do órgão governamental e de alunos de Universidades que de quando em vez visitam a aldeia e desenvolvem algum projeto experimental.

Atualmente, a maioria dos adultos fala a língua Ofaié. Frequentam a Escola Municipal Ofaié-E-Iniecheki, que funciona na própria aldeia, com uma professora não-indígena que atende uma turma multiseriada, de cerca de 15 alunos. Até 2004 havia um professor indígena. A cartilha utilizada é a da rede municipal de ensino não-indígena (1ª a 4ª séries).

Infra estrutura de bens e serviços

Saúde e Saneamento

A realidade da saúde da população do Território pode ser aferida através da análise de um conjunto de indicadores. Um deles refere-se ao número de leitos hospitalares relacionado com a população. O Território possui ao todo,

entre públicos e privados, 81 estabelecimentos de saúde, com um total de 968 leitos, o que resulta numa relação de 140,8 pessoas/leito, ou 7,1 leitos para grupo de 1.000 habitantes. Esta relação é levemente superior a do Estado, que é de 5,0 leitos para cada grupo de 1.000 habitantes e é a melhor relação de todos os Territórios da Cidadania do MS.

Os indicadores da saúde do Território da Cidadania Vale do Ivinhema são bem positivos, o Território conta com o maior número de leitos por habitantes do estado de Mato Grosso do Sul, como também os menos índices de mortalidade infantil do Estado.

A mortalidade infantil é de 17,39 por 1.000 nascidos vivos (SEMAC, 2009), levemente inferior ao índice estadual, que é de 19,14/1.000. Analisando este indicador nos últimos 10 anos, verifica-se que ele está em declínio, pois era de 29,52/1.000 no ano de 2000.

Educação



Das dimensões que compõem o IDH, a dimensão Educação foi a que obteve o maior crescimento no Território da Cidadania Vale do Ivinhema, atingindo patamares superiores a 0,800, caracterizando o sistema educacional do Território como altamente desenvolvido.

Os municípios com maior quantidade de pessoas alfabetizadas são: Nova Andradina com 25.574 pessoas, Ivinhema com 15.349 e Bataguassu com 11.190 pessoas, totalizando 58% do total no Território. Os municípios com maior proporcionalidade de analfabetismo são: Taquarussu (22,5%), Santa Rita do Pardo (19,5%) e Novo Horizonte do Sul (18,5%). Em relação ao percentual de pessoas alfabetizadas, acima dos 10 anos, o Território com cerca de 84,6% pessoas alfabetizadas, fica levemente abaixo do índice estadual que é de 86,4%.

Auxiliando na busca da redução do índice de analfabetismo nos municípios do Território, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem obtendo resultados muito positivos ao longo dos anos, saltando de 3.272 alunos, em 2003, para 4.894 alunos, em 2009, o que representa um acréscimo de 33% no total de pessoas atendidas. Porém o EJA concentra-se nas cidades, sendo sua expansão para a área rural ainda restrita, devido a necessidade de transporte, não contemplado até agora.

O Território conta com 6 instituições de ensino superior, sendo 2 Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, localizadas nos municípios de Ivinhema e de Nova Andradina, 1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, localizada em Nova Andradina e 3 particulares, todas situadas no município de Nova Andradina, caracterizando-o assim, como pólo universitário do Território. Ao todo são oferecidas 2.205 vagas, onde somente 19,5% são ofertados pelas universidades públicas. Essas vagas estão destruídas por 16 cursos, sendo que 45,3% vagas pertencem à faculdade de pedagogia, ofertada somente pelas instituições particulares.

Transporte



Figura - Principais rodovias e rios que cortam a extensão do Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

Devido a sua localização estratégica no estado de Mato Grosso do Sul, o Território da Cidadania Vale do Ivinhema está bem servido de estruturas

viárias, seja ela por terra e por água. O Território encontra-se amparado por rotas de acesso aos estados de São Paulo e Paraná, grandes centros consumidores do país.

A BR 267, que corta o município de Bataguassu é uma das mais importantes rodovias do estado de Mato Grosso do Sul, fazendo a ligação com o estado de São Paulo, pode-se considerar essa como sendo a via principal de escoamento do Território. Além, da BR 267, o Território conta ainda, com uma malha rodoviária estadual e municipal que permite acesso também ao estado de São Paulo e do Paraná através da barragem de Porto Primavera – UH Engenheiro Sergio Motta e ainda uma interligação acessível a BR 163, outra importante rota de escoamento do estado de Mato Grosso do Sul.

Todas as cidades do Território estão atendidas pela malha rodoviária asfaltada, conforme mostrado pela *Figura 3*, possibilitando assim o deslocamento de pessoas sem maiores dificuldades e transtornos.

Além da malha rodoviária, o Território possui o rio Paraná localizado ao leste de suas fronteiras. Trata-se de uma hidrovia que faz conexão com os rios Tietê e Paranapanema, estabelecendo uma via navegável de grande importância no país, permitindo alcançar os estados de São Paulo e Paraná.

A *Figura 3* mostra a malha viária presente no Território da Cidadania Vale do Ivinhema, as principais rodovias e os principais rios que cortam a geografia do Território.

Ambiente natural – o bioma Cerrado

O Cerrado, bioma o qual está inserido toda a extensão Território da Cidadania Vale do Ivinhema. Sua vegetação típica, com gramíneas e arbustos e árvores de pequeno porte de troncos retorcidos.

O bioma Cerrado é a segunda maior formação vegetal brasileira. Estendia-se originalmente por uma área de 2 milhões de km², cerca de 20% do território nacional, abrangendo dez estados do Brasil Central, dentre os quais Mato Grosso do Sul está inserido. A vegetação nativa predominante é formada por espécies gramíneas, arbustos retorcidos, até o cerrado lenhoso denso de formação florestal.

O cerrado é o sistema ambiental brasileiro que mais sofreu alteração devido à ação do homem. Nos últimos 30 anos, com o desenvolvimento



principalmente da pecuária extensiva tem trazido impactos ambientais como a erosão, assoreamento dos cursos d'água, bem como ameaça a espécies animal e vegetal. Atualmente, apenas 20% da cobertura vegetal nativa permanecem inalteradas e menos de 2% está protegido em parques ou reservas.

No Território da Cidadania Vale do Ivinhema, a ameaça parte do avanço da monocultura da cana-de-açúcar. Nos últimos anos empresas do ramo sucroalcooleiro tem adquirido áreas para produção de sua matéria prima. Movimentos sociais, ONGs e ambientalistas desencadearam um debate sobre o tema, alertando para possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos para a região. Com a crise financeira mundial, de 2008, as empresas deram uma reduzida em seus projetos de expansão pelo Território.

Geomorfologia e relevo

O Território da Cidadania Vale do Ivinhema está situado sobre a Bacia Sedimentar do Paraná. Sua estrutura geológica é constituída pelas litologias de duas unidades geológicas distintas: Grupo Bauru e Sedimentos Cenozóicos. O Grupo Bauru abrange praticamente a totalidade da extensão do Território é composto pelos arenitos finos e médios e de formação basáltica, depositados em ambiente fluvial. Os Sedimentos Cenozóicos compreendem uma estreita faixa que margeia o leito do rio Paraná é constituída por sedimentos de origem flúvioaluvionar, pouco consolidados, de natureza predominantemente arenosa, apresentando na superfície matéria orgânica.

O relevo do Território está compreendido em uma única grande região geomorfológica, sendo ela: Planalto Arenítico-Basálticos Interiores, caracterizado por relevos elaborados pela ação fluvial, apresentando, topos tubulares, com áreas praticamente planas a suavemente onduladas. Sua altimetria varia entre 200 e 600m.

Solos

Os solos de maior ocorrência no Território da Cidadania Vale do Ivinhema são os latossolos, dos quais o Latossolo Vermelho Escuro é o de maior expressividade, apresentando-se normalmente com textura média e com caráter álico, ou seja, solos arenosos e de baixa fertilidade, apresentando grande variação entre as diferentes classes, das quais o Latossolo Vermelho Escuro é o de maior expressividade no Território da Cidadania Vale do Ivinhema. São solos minerais profundos e bem drenados, com coloração vermelha a amarela, com diferentes classes texturais. Apresenta grande

capacidade de infiltração de água superficial com pouca susceptibilidade a erosão. No entanto, sob condições de uso inadequado ou sob fortes precipitações, processos de degradação ambiental irreversíveis podem ocorrer.

Em menor proporção, mas ainda com ocorrência significativa encontra-se na Bacia do Paraná os solos Podzólicos, de forma menos expressivas margeando cursos d'água, afluentes do rio Paraná.

Na sua maior parte, os solos do Território são considerados sem deficiência hídrica, mesmo nos períodos de estiagens, em função da grande disponibilidade hídrica, oriunda da presença de lençol freático a profundidade próxima da superfície.

Clima

O clima predominante do Território da Cidadania Vale do Ivinhema é o típico do cerrado, o Tropical Sazonal, apresentando duas estações bem marcadas: inverno seco e verão chuvoso. A temperatura média anual é de 25° C, podendo chegar a marcações de até 40° C na primavera. As mínimas registradas podem chegar a valores próximos de 10° C ou até menos, nos meses de maio, junho e julho.

A precipitação média anual fica entre 1.200 e 1.800 mm, sendo os meses de março e outubro os mais chuvosos. Curtos períodos de seca, chamados de veranicos, podem ocorrer no meio da primavera e do verão. No período de maio a setembro os índices pluviométricos mensais reduzem-se bastante, podendo chegar à zero, o que dificulta em muito a atividade agrícola do Território nesse período.



Fauna e flora

Lobo guará, um dos animais típicos do Cerrado e seriamente ameaçado de extinção.

A vegetação presente no Território é a peculiar do Cerrado brasileiro, formada gramíneas, arbustos e árvores esparsas. As árvores têm caules retorcidos e raízes longas, que permitem a absorção da água disponível nos solos do cerrado abaixo de 2 metros de profundidade, mesmo durante a estação seca do inverno. As árvores mais altas do Cerrado chegam a 15 metros de altura e formam estruturas irregulares. Apenas nas matas ciliares as árvores ultrapassam 25 metros e possuem normalmente folhas pequenas.

No ambiente do Cerrado são conhecidos até o momento mais de 1.500 espécies animais, formando o segundo maior conjunto animal do planeta.

A paisagem, que até meados da década de 1960 era pouco afetada está desde então, devido à ação do homem, seja pela pecuária extensiva, seja pelo crescimento da agricultura mecanizada, esse bioma passou por grandes modificações, alterando os diversos habitats e, conseqüentemente, apresentando espécies ameaçadas de extinção. Dentre as que correm risco de desaparecer estão o tamanduá-bandeira, a anta, o lobo-guará.

Recursos hídricos

O Mato Grosso do Sul divide-se basicamente em duas grandes bacias hidrográficas – do Paraguai, a Oeste e a do Paraná, a Leste, o qual está presente o Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

A rede hidrográfica da Bacia do Paraná é constituída pelo rio Paraná e seus afluentes, destacando-se a nível territorial os rios Ver-



Ypê amarela, a árvore símbolo do Cerrado, que nos período de seca, durante o inverno, desabrocha a sua exuberante copa, colorindo a paisagem.

de, Pardo e Ivinhema. Em virtude ao imenso potencial hidrelétrico da bacia do Paraná, o Território possui uma importante usina hidrelétrica, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sergio Motta, construída recentemente no rio Paraná.

Unidades de conservação

O Território da Cidadania Vale do Ivinhema conta com o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema foi criado pelo Decreto 9.278, de 17 de dezembro de 1998, como ação compensatória ambiental da Companhia Energética de São Paulo-CESP, devido à construção da Usina Hidrelétrica Eng.º Sérgio Motta (antiga Porto Primavera) e está localizado nos municípios de Taquarussu, Jateí e Naviraí, no estado do Mato Grosso do Sul, região centro-oeste do Brasil. Sua área, conforme o decreto de criação é de 73.345,15 hectares.

A criação deste parque objetiva a preservação da diversidade biológica, proteção do patrimônio natural e cultural da região, com sua flora, fauna, paisagens e demais recursos bióticos e abióticos associados, com a finalidade de utilização para fins de pesquisa científica-

O objetivo do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema é a preservação da diversidade biológica, proteção do patrimônio natural, paisagens e demais recursos bióticos e abióticos, com a finalidade de utilização para fins de pesquisa científica, recreação e educação ambiental em contato com a natureza.

ca, recreação e educação ambiental em contato com a natureza. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SEMA, através da Fundação Estadual de Meio Ambiente Pantanal, FEMA Pantanal, é a responsável pela administração do parque, bem como promover a manutenção da zona de amortecimento do mesmo.

Os varjões do Parque do Ivinhema compreendem o último trecho livre, sem represamento, do rio Paraná. É uma área de inundações periódicas, protegendo refúgios de espécies animais e vegetais do cerrado e da floresta estacional e objetiva conservar os fragmentos de florestas, os remanescentes de várzea e ecossistemas associados dos rios Ivinhema e Paraná.



Produção da agricultura familiar

Gráfico - Distribuição de área ocupada por lavouras permanentes no Território da Cidadania Vale do Ivinhema (IBGE, 2006).

Os sistemas de produção presentes no Território podem ser agrupados em três categorias: pecuária extensiva, lavoura empresarial, principalmente cana-de-açúcar e agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que existem grandes propriedades (áreas acima de 100 ha e que respondem por 31,1% do total e ocupam 95,7% da área agrícola), há uma parcela significativa de pequenas propriedades que utilizam basicamente mão-de-obra familiar, cerca de 4.552 propriedades, ou 66,9%, possuem área inferior a 100 ha e ocupam 4,3% da área agrícola), aí incluídos os assentamentos de reforma agrária (IBGE, 2000).

Segundo dados apurados pelo último Censo Agropecuário do IBGE, em 2006, o Território conta com 9.302 propriedades rurais ocupando 2.537.991 hectares. Pode-se observar, conforme mostrado na *Tabela 7*, a potencialidade que a bovinocultura representa no Território, onde cerca de

76% (1.931.863 hectares) da área destinada a atividade rural é ocupada com pastagens, e desse, percentual 72% são conferidos a pastagens plantadas em boas condições.

A agricultura destaca-se como a segunda atividade em ocupação de área, porém a sua representatividade é de apenas 4,4% (112.866 hectares) da área utilizada para a produção rural do Território. Sendo que, as lavouras permanentes, consideradas típicas da agricultura familiar, contribuem com 10% (11.310 hectares) desse percentual.

Pode-se observar no *Gráfico 5*, que as áreas ocupadas com lavouras permanentes se concentra em 4 municípios, sendo Nova Andradina, com 4.841 hectares cultivados com lavouras permanentes, o que mais se destaca correspondendo com 42,8% do total da área utilizada com essa ocupação no Território.

A produção da agricultura Familiar do Território é bastante diversificada, os principais são: o leite, a mandioca, feijão, frutas (goiaba e abacaxi), café,

urucum, apicultura, hortaliças e também produtos de artesanato. O leite e a mandioca sobressaem os demais, pelo fato de atuar fortemente na renda dos agricultores familiares em todos os municípios. O restante dos produtos

trata-se de potenciais localizados a municípios específicos, como é o caso da fruticultura, que tem forte expressão em Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Angélica e Nova Andradina.

Tabela - Utilização das terras por tipo de ocupação nos municípios do Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

Municípios	Área conforme a ocupação (ha)									
	Área total (ha)	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Forageira para corte	Pastagens	Silviculturas	Sistemas agroflorestais	Matas naturais	Área de água destinada para aquicultura	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária
Anaurilândia	228.486	147	5.099	128	191.373	288	-	27.815	305	155
Angélica	110.337	509	11.874	870	88.678	-	-	7.852	21	114
Bataguassu	174.444	885	278	8.285	136.609	140	14.063	11.492	279	1.046
Batayporã	168.299	42	10.043	149	122.922	73	-	29.325	942	3.205
Brasilândia	512.172	707	1.455	269	383.867	9.262	123	109.338	1.130	2.441
Ivinhema	195.915	1.464	13.347	2.539	151.878	58	119	24.584	67	808
Nova Andradina	459.718	4.841	33.715	1.422	329.013	1.053	3.725	77.780	955	4.387
Novo Hte do Sul	67.779	1.271	3.799	175	51.090	79	-	10.530	160	216
Santa Rita do Pardo	554.258	223	7.200	2.970	433.680	1.425	456	98.175	1.328	2.737
Taquarussu	66.582	1.220	14.746	262	42.753	-	-	5.596	86	1.462
Total	2.537.991	11.310	101.556	17.068	1.931.863	12.378	18.486	402.487	5.272	16.573

Fonte: IBGE, 2006.

Leite

A cadeia produtiva do leite é a mais importante cadeia que afeta diretamente a atividade da agricultura familiar no Território da Cidadania Vale do Ivinhema. A grande maioria dos agricultores familiares do Território, tanto aqueles tradicionais como os inseridos em projetos de assentamentos rurais, tem no leite a sua principal atividade econômica.

São várias as razões para essa situação, que vão desde a questão relacionada com o tamanho das propriedades, onde a disponibilidade de área média abaixo de 4 módulos fiscais, inviabilizam a exploração da pecuária de corte (cria, recria e engorda) que é atividade predominante no Território, até questões relacionadas com a abordagem padrão de

comportamento dos agricultores familiares em geral, de garantir a subsistência primeiro.

O leite garante uma renda mensal ao agricultor familiar, independente do valor dessa renda, por menor que seja, é a garantia de um ganho mínimo capaz de proporcional a cobertura das despesas mensal da sua família.

Na *Tabela 8* são mostrados os resultados do IBGE, retratando a atividade da pecuária de leite nos 10 municípios integrantes do Território do Vale do Ivinhema, com base no ano de 2006.

Tabela - Números da produção leiteira nos municípios pertencentes ao Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

<i>Municípios</i>	<i>Número de Propriedades</i>	<i>Vacas ordenhadas no ano</i>	<i>Produção (mil litros)</i>	<i>Relação entre produção por vaca (mil litros)</i>
Anaurilândia	290	5.207	6.950	3,66
Angélica	91	1.324	1.749	3,62
Bataguassu	452	6.094	8.071	3,63
Batayporã	308	3.817	5.149	3,7
Brasilândia	286	3.684	4.294	3,19
Ivinhema	476	6.128	9.486	4,24
Nova Andradina	703	11.545	12.731	3,02
Novo Hte do Sul	454	5.391	8.178	4,16
Stª Rita do Pardo	254	2.767	2.773	2,75
Taquarussu	69	1.016	1.122	3,03
Total	3.383	46.973	60.503	3,53

Fonte: IBGE, 2006.

A produção anual de leite no Território do Vale do Ivinhema, é da ordem de 60 milhões de litros por ano, e que o município com maior volume de

produção anual é o de Nova Andradina, com mais de 12 milhões de litro por ano. Já o que apresenta menor volume da produção é de Taquarussu com pouco mais de 1 milhão de litros por ano. De forma análoga, Nova Andradina também apresenta o maior rebanho de vacas em lactação, acima de 10 mil cabeças enquanto Taquarussu tem o menor rebanho, em torno de mil cabeças de vacas ordenhadas.

Já em termos de produtividade, é Ivinhema que tem a melhor média do Território. Segundo os dados do IBGE, no ano de 2006, a produtividade média do rebanho de vacas em lactação no município foi de 4,24 litros de leite/vaca/ano. Esta média pode ser um pouco ainda maior caso fosse utilizado o numero exato da media de dias de lactação por vaca/ano, pois na indisponibilidade dessa média se utilizou, no calculo da produtividade, o ano comercial de 365 dias. No patamar inferior, encontra-se o município de Santa Rita do Pardo que apresenta a menor média de produtividade de 2,75 litros por animal por ano.

No geral, a produtividade media do rebanho de vacas em lactação no Território do Vale do Ivinhema, vista de forma agregada dos 10 municípios pode ser classificada como acima da media geral do estado de Mato Grosso do Sul. Segundo IBGE, em 2006, o estado produziu 340,654 milhões de litros de leite para um rebanho de 272.766 vacas em lactação, reproduzindo a produtividade media anual de 3,42 litros/vaca/ano.

As características peculiares a produção leiteira do Território são: propriedades com 11 hectares, em média, apresentando problemas ambientais decorrente da exploração da atividade, como erosão e assoreamento de córregos e nascentes; proprietário está enquadrado como agricultor familiar, abrigando uma família composta de, em média, 3 pessoas, possui; rebanho de padrão racial Girolando, apresentando a produtividade média de 4,58 litros/vaca/ano; e, suplementação alimentar

para o rebanho no período da seca, administrando cana e ração concentrada.

Mandioca

Os dados da cadeia produtiva da mandioca, diferente da cadeia do leite, não abrange todos os municípios do Território do Vale do Ivinhema.

Em termos de importância econômica na agricultura familiar, a produção e comercialização do produto em escala comercial ocorrem apenas nos municípios de Angélica, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Batayporã, Taquarussu, Nova Andradina e Anaurilândia. Nos municípios situados na parte mais oriental do Território, Bataguassu, Santa Rita do Pardo e Brasilândia, a cultura da mandioca é praticada na forma de atendimento ao consumo familiar e abastecimento de pequenos mercados e feiras locais.

Dados do Censo Agropecuário do IBGE, 2006, conforme apresentados na *Tabela 9*, trazem o panorama da produção de mandioca no Território como um todo.

A grande concentração de produtores de mandioca do Território está no município de Ivinhema, que também é também o maior produtor de mandioca de todo o estado de Mato Grosso do Sul. Um dos fatores que explica essa concentração é a disponibilidade de mercados locais para a aquisição e processamento do produto. Ao todo são 07 unidades de agroindústrias presentes no município, 5 são farinheiras e 2 fecularias.

As cinco farinheiras apresentam uma capacidade de processar 80 mil quilos por dia enquanto as fecularias, uma tem capacidade de industrializar 400

toneladas por dia e a outra 200 toneladas. Somando as capacidades, o município de Ivinhema, apresenta-se como também com o maior parque de agroindústrias de mandioca do Território, com a capacidade instalada de 1.000 toneladas de rama de mandioca por dia.

Tabela - Aspectos sobre a produção de mandioca nos municípios integrantes do Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

<i>Municípios</i>	<i>Número de Propriedades</i>	<i>Área colhida (ha)</i>	<i>Produção (Kg)</i>	<i>Produtividade e (Kg/ha)</i>
Anaurilândia	61	271	3.282.151	12.111
Angélica	14	119	1.985.620	16.686
Bataguassu	87	96	742.665	7.736
Batayporã	24	97	1.377.596	14.202
Brasilândia	36	26	77.740	2.990
Ivinhema	300	1.979	33.077.701	16.714
Nova Andradina	21	176	489.160	2.779
Novo Hte do Sul	87	445	7.111.509	15.981
Santa Rita do Pardo	43	207	2.707.217	13.078
Taquarussu	10	34	283.700	8.344
Total	683	3.450	51.135.059	11.062

Fonte: IBGE, 2006.

As áreas médias plantadas de mandioca nas propriedades rurais do Território têm em média 6,17 hectares, sendo a média das áreas mínimas de 2,28 e a média das maiores são 37,8 hectares. Em geral a propriedades apresenta problemas ambientais decorrente da exploração da atividade, como: erosão e assoreamento de córregos e nascentes, o proprietário está enquadrado como agricultor familiar, abrigando uma família composta de em média quatro pessoas.

A variedade mais usada no cultivo da mandioca é a Olho Junco, que representa em média 85%, da área plantada. Em seguida vem a variedade Fécula Branca e essas duas variedades estão presentes em todos os sete municípios que cultiva o produto em escala comercial. Outras variedades como a Cacudinha e Espeto são usadas em menores quantidades e não estão presente em todos os municípios.

No aspecto da tecnologia de produção da cultura, pelos dados levantados nas oficinas de DRP, pode-se dizer que em média, 60% dos produtores selecionam as manivas, a maioria (80%) usa manivas próprias, poucos (25%) usam adubação química e todos (100%) usam meios de controlar pragas, mas poucos controlam as doenças.



Fruticultura

A cadeia produtiva da fruticultura, por se tratar de uma atividade de certa forma recente no Território, ainda não tem expressão econômica relevante nos municípios como um todo. Porém, de uns anos para a atividade tem configurado como uma das potencialidades para a agricultura familiar do Território.

Nesse contexto, apenas duas culturas, a do abacaxi e da goiaba, iniciam-se como promissoras. O abacaxi tem um pouco mais de tradição, tendo sido cultivado numa escala maior no ano 2000 e foi decrescendo a partir de 2001. Nesses anos, de início da década, os municípios de Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Nova Andradina eram os que se apresentavam como promissores no cultivo do produto. No entanto, já nos meados da década, a atividade praticamente desapareceu nestes municípios, passando a ser iniciadas em Ivinhema e Novo Horizonte do Sul. O que influenciou novamente o crescimento da cultura. Contudo, em 2008, o cultivo do abacaxi apresentou uma tendência de diminuição na área plantada.

Quanto à cultura da goiaba, cultivada apenas a partir 2007 é que a atividade começa a aparecer nas estatísticas do Território. Apesar de tímida, a produção de goiaba nos municípios de Ivinhema e Novo Horizonte do Sul estão apresentando uma tendência de evolução, junto à agricultura familiar.

A fruticultura vem se tornando um grande potencial para a agricultura familiar do Território da Cidadania Vale do Ivinhema, o abacaxi e a goiaba têm tomado destaque na produção dos municípios que integram o território.



Políticas públicas para agricultura familiar

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, criado pelo Governo Federal, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Em 2010, primeiro ano de execução da Lei 11.947/09, o PNAE transferiu, em torno de, 99 mil reais aos produtores da agricultura familiar do Território da Cidadania Vale do Ivinhema, beneficiando 70 familiares.

A partir de 2009, a agricultura familiar passou a fornecer alimentos que irão compor o cardápio das escolas da rede pública de ensino de todo o país, através do PNAE. Com a aprovação da Lei 11.947/2009, no mínimo 30% dos

recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a alimentação escolar deverão ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O PNAE adquire produtos dos agricultores familiares que se enquadrem nas regras de políticas do PRONAF. O limite de compra da produção é de R\$ 9.000,00 por ano/agricultor.

Dos 10 municípios que compõem o Território da Cidadania Vale do Ivinhema, apenas Santa Rita do Pardo, não obteve nenhuma chamada pública para aquisição de produtos da agricultura familiar a través do PNAE.

Na *Tabela 10* podem-se visualizar o potencial que esse programa traz aos agricultores familiares, onde somente no ano de 2010, seu primeiro ano de execução, foi arrecadado, cerca de, 48 mil reais, abrangendo, em torno de, 70 produtores no Território como um todo. Dentre os produtos ofertados, as hortaliças configuraram como unânimes nos municípios.

Tabela – Valores comercializados pelo PNAE, em 2010, junto a agricultura familiar do Território da Cidadania Vale do Ivinhema.

Município	Produtores atendidos		Valor	Produtos
	Nº	Origem		
Anaurilândia	13	Associação dos produtores rurais do assentamento Irene do Quebracho	12.287,59	Hortaliças
Angélica	6	Agricultores familiares individuais		Hortaliças
Bataguassu	12	Agricultores familiares individuais	11.832,58	Frutas, hortaliças e mandioca
Batayporã	9	Agricultores familiares individuais	14.172,84	Colorau, hortaliças, leite, mandioca e ovos
Brasilândia	7	Agricultores familiares individuais		Hortaliças e mandioca
Ivinhema	8	Agricultores familiares individuais		Frutas, hortaliças, leite, ovos e pão de soja
Nova Andradina	4	Agricultores familiares individuais	5.610,91	Hortaliças e mandioca
Novo Horizonte do Sul	3	Agricultores familiares individuais		Frutas, hortaliças e pão de soja
Taquarussu	8	Agricultores familiares associados	4.604,82	Colorau, frutas, hortaliças e ovos

Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - PROINF

Através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA foram alocados de 2007 até 2010 do Proinf, cerca de R\$ 2,5 milhões de reais do Orçamento Geral da União, com contrapartidas das prefeituras municipais, para desenvolvimento de ações de investimento demandados e deliberados pelos agricultores familiares, em parceria com os gestores públicos.

Os quadros a seguir apresentam os investimentos e os projetos apoiados neste período.

2007		
Objeto	Valor	Executor
Aquisição de patrulha mecanizada	113.450,00	Prefeitura Municipal de Bataguassu
Apoio ao beneficiamento de frutas	204.350,00	Prefeitura Municipal de Ivinhema

2008		
Objeto	Valor	Executor
Construção da mini usina de beneficiamento de leite	53.900,00	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo
Construção da mini usina de beneficiamento de leite	67.579,00	Prefeitura Municipal de Nova Andradina
Construção da mini usina de beneficiamento de leite	60.640,00	Prefeitura Municipal de Taquarussu
Construção da mini usina de beneficiamento de leite	52.526,00	Prefeitura Municipal de Bataguassu
Aquisição de câmara fria para depósito de frutas	53.900,00	Prefeitura Municipal de Ivinhema

2009

<i>Objeto</i>	<i>Valor</i>	<i>Executor</i>
Aquisição de equipamentos para processamento de mel e veículo utilitário para apoio a comercialização da produção.	130.535,00	Prefeitura Municipal de Angélica
Apoio a captação e transporte de leite produzido pelos agricultores familiares	128.000,00	Prefeitura Municipal de Anaurilândia
Aquisição de um caminhão para apoiar as ações da agricultura familiar	103.065,00	Prefeitura Municipal de Bataguassu
Aquisição de um caminhão para apoiar as ações da agricultura familiar	103.065,00	Prefeitura Municipal de Batayporã
Aquisição de um caminhão para apoiar as ações da agricultura familiar	103.065,00	Prefeitura Municipal de Brasilândia
Construção de uma central de comercialização de produtos da agricultura familiar, no âmbito do Território	186.803,34	Prefeitura Municipal de Ivinhema
Aquisição de um caminhão para apoiar as ações da agricultura familiar	112.000,00	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Sul
Aquisição de um caminhão para apoiar as ações da agricultura familiar	103.065,00	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo
Aquisição de uma patrulha mecanizada para apoiar a produção agropecuária de 102 famílias	103.000,00	Prefeitura Municipal de Taquarussu
2010		
<i>Objeto</i>	<i>Valor</i>	<i>Executor</i>

Central de comercialização da produção da agricultura familiar abrangida pelos municípios de Nova Andradina	175.257,73	Prefeitura Municipal de Nova Andradina
Aquisição de um caminhão para apoiar as ações da agricultura familiar	103.144,33	Prefeitura Municipal de Ivinhema
Aquisição de equipamentos e construção de agroindústria para processamento da mandioca	103.092,78	Prefeitura Municipal de Taquarussu
Construção da sede do colegiado territorial do Vale do Ivinhema dotado de espaço apropriado para reuniões e eventos de capacitação	144.329,90	Prefeitura Municipal de Batayporã
Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos para equipar pólos de implantação do SUASA – Pólo de Angélica	103.092,78	Prefeitura Municipal de Angélica
Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos para equipar pólos de implantação do SUASA – Pólo de Anaurilândia	103.092,78	Prefeitura Municipal de Anaurilândia
Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos para equipar pólos de implantação do SUASA – Pólo de Brasilândia	103.092,78	Prefeitura Municipal de Brasilândia
Construção de mini usina de beneficiamento de leite	103.092,78	Prefeitura Municipal de Brasilândia

O Território da Cidadania Vale do Ivinhema apresenta potenciais expressivos para a promoção do desenvolvimento sustentável. A agropecuária com a sua diversificação de atividades voltadas para a produção de alimentos representam uma vocação do Território e tem grande importância para milhares de pessoas, inclusive nas cidades.

Análise sistêmica territorial

Oportunidades e potenciais

Praticamente todas as cadeias produtivas necessitam de uma maior organização, desde a produção, passando pela transformação e atingindo a comercialização.

Na parte da produção os grandes potenciais do Território referem-se à disponibilidade de mão-de-obra rural familiar, alcançando cerca de 40% da população total, sendo boa parte ocupada por jovens, solos que com técnicas simples de conservação, correção e adubação tornam-se altamente produtivos e o clima propício para produção agrícola.

Um mercado interno em expansão, devido à melhoria de renda da população e também ao mercado institucionalizado do PNAE e PAA representa boas perspectivas para os produtores de alimentos. Leite, mandioca, feijão, carnes, frutas, verduras, são tradicionais na região. Apesar do potencial interno, inclusive para a exportação, atualmente o abastecimento regional de hortigranjeiros depende de produtos de outras regiões. O mel é outro exemplo de potencial, porém é uma cadeia pouco organizada.

Os recursos hídricos representam outro grande potencial do Território. As lagoas e rios, além de servirem para irrigação das produções agrícolas, podem servir para a criação de peixes. O turismo rural é apontado como

outra grande possibilidade para o Território, considerando a diversidade da fauna e flora e de paisagens existentes.

A expansão da silvicultura e da cana-de-açúcar vem acompanhada de grande polêmica, considerando seus impactos tanto ambientais, como socioeconômicos.

No setor de industrialização, o Território conta com uma boa oferta de infraestrutura como resfriadores de leite públicos coletivos, localizados estrategicamente em toda a área do assentamento, e também, com algumas mini usinas pasteurizadoras de leite.

Na comercialização o grande potencial do Território consiste a sua localização privilegiada, quanto à proximidade dos mercados consumidores dos estados de São Paulo e Paraná.

Apesar deste conjunto de potenciais, o processo de desenvolvimento com base na sustentabilidade apresenta ameaças:

Ameaças externas

As principais ameaças externas para o modelo de agricultura familiar no território podem ser assim elencadas:

O avanço da cultura da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol – essa cultura traz renda para as famílias, que é positivo. Porém nos últimos anos está tomando espaço e mão de obra de outras atividades, como mandioca, leite, feijão e hortaliças, tornando-se monocultivo em áreas da agricultura familiar. A alta exigência em termos de mão de obra e dedicação faz com que as famílias abandonem outras atividades e desleixem a subsistência, passando a comprar todos seus mantimentos.

Baixa oferta de insumos para agricultura familiar – a escassez de adubos, fertilizantes e defensivos em geral limita o produtor rural familiar a obtenção de maiores produtividades. Deixando os mesmos a mercê das técnicas rudimentares de adubação e aplicação de defensivos.

Ameaças Internas

No que se refere às ameaças internas, inúmeras são as fragilidades citadas presentes no Território:

Degradação dos solos – a grande pressão de uso e as práticas inadequadas de manejo, aliados a fragilidade e limitações dos solos ocupados pela agricultura familiar são um problema em termos de sustentabilidade.

Dificuldade de acesso ao crédito – a massificação do acesso aos recursos do Pronaf sem dúvida foi um grande avanço. Porém sucessivas frustrações de safras por problemas climáticos nesta década e a aplicação dos recursos em atividades sem o devido retorno econômico, levaram muitos agricultores ao endividamento. O problema é crucial entre as famílias mais pobres, onde o recurso do Pronaf pode ter sido utilizado para adquirir bens de consumo.

Falta de organização social – um importante problema da agricultura familiar do Território corresponde à falta de volume, escala e qualidade dos produtos ofertados a comercialização. Muito disso é fruto da comercialização individualizada, problemas na regularidade de produção e a baixa organização social, seja através de associações e/ou cooperativas.

Falta de mão de obra qualificada – outro fundamental agravante na produção de qualquer que seja o setor. Problema gerado pela falta de instituições de ensinos técnicos, equipe técnica insuficiente da ATER pública,

como também a inexistência de assistência técnica para agroindústrias, por parte de profissionais liberais presentes no Território.

Infra estrutura insuficiente – alguma coisa já está sendo feito, porém ainda é pouco mediante a demanda do potencial da agri-

cultura familiar. Na transformação faltam de agroindústrias para processamento de leite, mandioca e frutas. Os equipamentos, patrulhas mecanizadas e resfriadores de leite ainda são poucos. Há problemas também no escoamento da produção devido a más condições das estradas vicinais.

Outras fragilidades cabem a deficiência no abastecimento de água, nas redes de distribuição nos Assentamentos Rurais e a inexistência de Serviços de Inspeção Municipal – SIM.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Dimensão Político Institucional

- Apoiar o associativismo e cooperativismo no âmbito da Agricultura Familiar;
- Estimular a formação de novas organizações de interesse territorial e fortalecer as já existentes;
- Apoiar a criação do Consórcio Público e criar uma nova rede das organizações do AF no Território;

- Articular programas de capacitação a partir do interesse da Agricultura Familiar;
- Estimular a participação dos gestores públicos e da sociedade civil organizada no Colegiado Territorial.

Dimensão Ambiental

- Apoiar processos de recuperação de estradas, solos degradados e promoção de técnicas de conservação;
- Providenciar a perfuração de poços artesianos nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária;
- Elaborar Plano Diretor de uso dos recursos hídricos no âmbito do TC;
- Desenvolver o turismo com um todo, abrangendo os recursos hídricos disponíveis e a área rural;
- Implantar viveiros de árvores nativas e frutas.

Dimensão Sócia Econômica

- Apoiar iniciativas que visem à produção e certificação orgânica e agroecológica;
- Apoiar feiras de produtos oriundos da Agricultura Familiar em todos os municípios do TC;
- Apoiar iniciativas voltadas ao acompanhamento técnico e financeiro para agroindústria;
- Implantar o SIM/SISBI em nível de Território;
- Implantar entreposto/abatedouro de peixes em conjunto com ações de estímulo para produção de peixes

- Investir em processos de organização da produção da AF para aproveitar os Programas PNAE e PAA;
- Estimular a exploração turística das margens do lago;
- Apoiar ações que visem à educação em segurança alimentar e nutricional;
- Incentivar o desenvolvimento de atividades de pesquisa voltadas à Agricultura Familiar;
- Promover ações voltadas à educação sanitária vegetal e animal.

Dimensão Sociocultural Educacional

- Criação de feiras regionais da agricultura familiar;
- Ampliação do EJA, através de divulgação do programa;
- Proporcionar espaços para debates sobre questões ligadas a Juventude e à Mulher Rural
- Promover a realização de festivais regionais para promoção de intercâmbio cultural;
- Promover incentivo a festas tradicionais e a cultura do Território;
- Estimular a Inclusão Digital abrangendo os espaços rurais do Território.

Colegiado Territorial CODETER

O Colegiado Territorial foi constituído a partir de uma ampla discussão com o poder público e a sociedade civil organizada, através de oficinas participativas, realizadas em todos os 10 municípios do Território.

Em cada uma das oficinas, após amplo debate sobre a política territorial proposta pela SDT/MDA foram definidos os representantes locais para comporem o Colegiado Territorial, na composição de 11 membros, sendo 5 representando o Poder Público, 5 representando a Sociedade Civil e mais um membro sendo ele técnico da ATER Pública municipal.

O Colegiado Territorial está estruturado em dois Núcleos – Núcleo Diretivo e Núcleo Técnico, com um Coordenador e um Vice-Coordenador em cada Núcleo.



Grupo do Núcleo Técnico

MUNICÍPIO - ANAURILÂNDIA

Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Valdir Mussolini	AGRAER	PP	NT
Nucini Garcia Duarte	Secretaria Estadual de Educação	PP	
Claudia Luciana Lima Castro	IAGRO	PP	
Jezanias Rodrigues da Silva	Secret.Municipal de Agricultura	PP	ND
Edemir Palmeira	Secret. Mun. de Desenvolvimento	PP	
Paulo Macedo da Silva	Camara Municipal	PP	
Marni Ribeiro do Santos Oliveira	Mitra Diocesana	SC	
Daniele Cristina de C. Cabriotti	Sindicato Rural	SC	
Paulo Luiz Alcantú	Assoc. Assentamento Santa Rosa	SC	
Roberto Rosa Faria	Assoc. Assentamento Santa Irene	SC	
Cicero Afonso da Silva	Assoc. Reassentamento Santa Ana	SC	

MUNICÍPIO - ANGÉLICA

Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Edison Cassuci Ferreira	AGRAER	PP	NT
Eliane Helena Barbosa	Secret. Estadual Assistencia Social	PP	
Luiz Antonio Milhorança	Camara Municipal	PP	
João Aparecido de Souza	Secret. Municipal de Educação	PP	
Claudia Eliane Lage Fagundes	Secret. Municipal de Saúde	PP	
Francisco B. Nascimento	Secretario de Administração	PP	
Ozildo Donizete Rufo	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	SC	
Dorival Barbosa de Souza	Assoc. Assentamento Estrela do Sul	SC	
Ademir Facincani	Assoc. dos Apicultores de Angélica	SC	ND
Edna Ferreira da Cruz	APAE	SC	
Elias Dalago de Oliveira	Assoc. Produtores Leite de Angélica	SC	

MUNICÍPIO - BATAGUASSU			
Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Pedro Galvão Portela	AGRAER	PP	NT
José Marcílio A. Barreto	Camara Municipal	PP	
Fanny Maria Lopes	Secret. Municipal de Educação	PP	
Alexandra Candida F. Pereira	Secret. Mun. de Assistencia Social	PP	
Eunides Volpe	Secret. Mun. de Assistencia Social	PP	
Celson Magalhães de Oliveira	Secret. Mun. de Desenvolvimento	PP	ND
João Vicente Ferreira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	SC	
Ivo Giunco	Cooperativa Assent. Santa Clara	SC	
Claudinely Santiago Da Silva	Assoc. Mulheres Assent. Montana	SC	
Moacir Oliveira Souza	Assoc. Assentamento Aruanda	SC	
Francisco Valério dos Santos	Movimento Negro Quilombola	SC	

MUNICÍPIO - BRASILÂNDIA			
Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Edson Hiroto Okamoto	AGRAER	PP	NT
Valdeires B. dos Santos	Secret. Municipal Desenvolvimento	PP	ND
Deloir Felipe Schio	Secret. Municipal Desenvolvimento	PP	
Jorge Luis da Silva	Secret. Municipal Desenvolvimento	PP	
Jair Bezerra Xavier	Secret. Municipal Desenvolvimento	PP	
Emila Santana A. Vichete	Secret. Municipal Ação Social	PP	NT
José Leite de Noronha	Sindicato Trabalhadores Rurais	SC	
Floriana D. de S. Ladeia	Instituto Cisalpina - ONG	SC	
Artur Mendes da Silva	Assoc. Produtores de Leite	SC	
Roberto de Oliveira Rocha	Micro Empreendedor	SC	
Patricia Luciano P Acunha	Assoc. Bairros de Brasilândia	SC	

MUNICIPIO - BATAYPORÃ			
Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Ronaldo Dias Pereira	AGRAER	PP	NT
José Liberato da Rocha	Camara Municipal	PP	
Cicero Humberto Leite	Camara Municipal	PP	
Delair Marques Gamba	Secret. Estadual de Educação	PP	
Adailto Julião	Secret. Municipal de Agricultura	PP	NT
Sidney Olegário Marques	Secret. Municipal de Administração	PP	ND
Darzisa Maria de Jesus	Assoc. Apicultores Região N. Andra	SC	
Maurides da Silva	Assoc. Desenv. Comunt. Batayporã	SC	
Francisco Martins Santos	Assoc. Hortigrangeiros PA São João	SC	
José Batista dos Santos	Coop. Prest. Serv.e Refor. Agraria	SC	
Paulo Rogério Rolim Prestes	Assoc. Produtores de Leite	SC	

MUNICÍPIO - IVINHEMA			
Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Valdeci S. da Silva	AGRAER	PP	NT
Renato Pieretti Camara	Prefeito Municipal	PP	
Dalgomir Buraqui	Camara Municipal	PP	
Jorge Vanii do Canto	Secret. Municipal de Agricultura	PP	
Cleia Apar. C. Soares	Secret. Municipal de Educação	PP	NT
Lourdes A. de L Schwind	Secret. Munic. Assistencia Social	PP	
Francisco Alves Barbosa	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	SC	
José Lucio Neto	Coop. Agricult. Familiar de Ivinhema	SC	
Lourdes A. Nascimento	Assoc. Assentamento São Sebastião	SC	
Walter A. Zancanaro	Assoc. Gleba Piraveve	SC	
Ediosn Correa da Silva	Conselho Municipal de Desev. Rural	SC	ND

MUNICÍPIO - NOVA ANDRADINA

Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Francimar Perez M da Silva	AGRAER	PP	NT
Ciane Souza Marques	Secret. Municipal Assistencia Social	PP	
Alvio Ferreira Rodrigues	Secret. Municipal de Saúde	PP	
Edmundo Minoru Tiba	Secret. Munic. de Desenvolvimento	PP	
Marcio Pereira da Costa	Camara Municipal	PP	
Fabio Mauricio Selhorst	Secret. Munic. de Desenvolvimento	PP	ND
Cláudio Aparecido da Silva	Assoc. Hortifruiti Vale do Ivinhema	SC	
Delvito Francisco de Paula	Assoc. Assentamento Casa Verde	SC	
Gilson Aparecido Bonfim	CEEPATEC/Assentamento Tejin	SC	
Aparacida Deir G M Nantes	Assoc. Bairro Laranjal e São Bento	SC	
Dionizio de Souza Bezerra	Assoc. Assentamento Santa Olga	SC	

MUNICÍPIO - NOVO HORIZONTE DO SUL

Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Edno Martins Vicentini	AGRAER	PP	NT
Margarida Mateus da Silva	Secret. Munic. de Assistencia Social	PP	
Mauro Chudis Reginato	Secret. Municipal de Infraestrutura	PP	
Daniel Alves	Secret. Municipal de Agricultura	PP	ND
Aldenir B. do Nascimento	Gabinete do Prefeito	PP	
Paulo Aparecido Weiler	Camara Municipal	PP	
Valdevino Mezzari Duarte	Assoc. Produtores de Leite	SC	
Expedito R. dos Santos	Assoc. do Hospital de Caridade	SC	
Luiz Plizzari	Assoc. Fruticultores de NHS	SC	
Raguel Paulino	Assoc. Estudantes Universitários	SC	
Marinalva Lemes Portela	APAE	SC	

MUNICÍPIO - SANTA RITA DO PARDO

Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Jurandir Xavier Duque Junior	AGRAER	PP	NT
André Luis Bacalá Ribeiro	Camara Municipal	PP	
David da Silva	Secret. Municipal de Educação	PP	
Josias Carvalho da Silva	Assessoria de Gabinete	PP	
Marcia Cristina Moreto	Secret. Municipal de Desenvolvimento	PP	ND
Paulo Rogério Figueiredo	Secret. Municipal de Saúde	PP	
Raquel de Mira do Santos	AGRIFA - CUT PA Avaré	SC	
Ivone Antonio da Silva	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	SC	
Manoel Pedro da Silva	Assoc. Assentamento Mutum	SC	
Ademir Bispo dos Santos	Assoc. Assentamento São Thomé	SC	
Agnaldo dos Santos Nascimento	Assoc. Assentamento Corrego Dourado	SC	

MUNICÍPIO - TAQUARUSSU

Nome	Instituição	REP.	ND /NT
Antonio Carlos da Rocha	AGRAER	PP	NT
Luiz Antonio Alonso	IAGRO	PP	
João Clóvis Crivelli	Secret. Municipal de Agricultura	PP	
Valdemir Santos da Silva	Secret. Municipal de Agricultura	PP	ND
Santina Ferreira da Lima	Camara Municipal	PP	
Mario Jorge dos Santos	Secret. Municipal de Educação	PP	
Divanio Teodoro Vieira	Sindicato Trabalhadores Eduação	SC	
Luzia Ferreira da Silva	Sindicato Trabalhadores Rurais	SC	
Wanda Maria de Farias	Assoc. Assentamento Bela Manhã	SC	
Claudinet Vicente Crivelli	Sindicato Produtores Rurais	SC	
Sebastião R. de Souza	Assoc. Agricultores Familiares	SC	

